

Ilustração/Imagem gerada por IA

CORREIO PAULISTA

Fotomontagem / Com fotos da Câmara dos Deputados



Adriana(Novo), Kim (Missão), Salles (Novo) e Rosângela (PL)

Deputados paulistas votam contra PEC do fim da 6 x 1

Cinco deputados federais de SP votaram contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1, aprovada pela Câmara dos Deputados em dois turnos no fim de maio. Os parlamentares paulistas que registraram voto contrário foram Adriana Ventura (Novo), Kim Kataguiri (Missão), Ricardo Salles (Novo) e Rosângela Moro (PL). O deputado Fausto Pinato (União Brasil) votou contra no primeiro turno de votação, mas mudou de ideia e votou a favor no 2º turno. A proposta reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e estabelece dois dias de descanso por semana. A PEC foi aprovada por ampla maioria e agora está no Senado Federal, para análise e votação.

Enquanto isso, falta quórum na Alesp

O deputado estadual Ricardo Madalena(PL) solicitou a convocação do presidente da Sabesp, Carlos Augusto Leone Piani, para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sobre as obras de implantação da rede de esgoto nos bairros Serrinha e Serra Velha, em Paranapanema. A oitava estava agendada para quarta-feira (3), mas não foi realizada devido à falta de quórum.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) assinou PEC

Senador a favor de flexibilizar trabalho

O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) assinou a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2026, de autoria do senador Rogerio Marinho (PL-RN), que prevê a possibilidade de um regime de trabalho flexível, no qual o trabalhador receberia de acordo com as horas trabalhadas. A medida seria uma alternativa oposta ao fim da escala 6 x 1, aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de maio. Os autores defendem maior liberdade e autonomia para os trabalhadores, férias e décimo terceiro salário proporcionais à carga horária trabalhada e modernização das relações de trabalho.

Liberdade religiosa é tema na Alesp

Os parlamentares da Assembleia Legislativa de SP subiram à tribuna do Plenário Juscelino Kubitschek, nesta quarta-feira (3), para debater, entre outros temas, a defesa das liberdades religiosa e de expressão. Ainda foi pauta a greve dos servidores de Taubaté, as condições dos presídios, a atuação da polícia civil na capital e acusações de intolerância religiosa em exposição do Masp.

POR ANDRE SOUZA

“Na sola da bota”

Ao som da música “Na Sola da Bota”, da dupla Rio Negro e Solimões, Tarcísio de Freitas postou nas redes sociais a visita à Barretos - a 420km da capital - na terça(3) e na quarta(4). O governador almoçou com prefeitos da região, empresários, deputados da base de apoio e outras autoridades locais no Parque do Peão.

Ainda em Barretos

Tarcísio também participou de inaugurações de obras e anunciou pacote de R\$ 146 milhões para a região de Barretos: R\$ 35 milhões para a rede de saúde, R\$ 24,5 milhões saneamento básico nos municípios atendidos pela Sabesp e R\$ 24,7 milhões em convênios para obras de infraestrutura urbana em 17 municípios.

Catavento Olímpia

A caravana de Tarcísio pelo interior também participou da inauguração do Espaço “Ruy Ohtake”, um centro cultural na cidade de Olímpia, que teve R\$ 3,8 milhões de recursos estaduais. No local será instalado o Espaço “Catavento Olímpia”, a primeira unidade do Museu Catavento fora da capital.

Consulta pública I

O Governo do Estado de São Paulo está realizando até 14 de junho a consulta pública da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. Um sistema eletrônico de votação está disponível aos cidadãos. Para participar, basta acessar o ambiente de votação e selecionar o item que melhor representem sua opinião para melhorar a sua região.

Consulta pública II

O sistema também permite aos cidadãos a possibilidade de fazer comentários que detalhem ou especifiquem suas escolhas. A participação e as sugestões abarcam as mais diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, segurança pública, entre outras. As primeiras reuniões já estão agendadas.

Auditor fiscal

A Justiça de SP revogou a prisão preventiva do ex-auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, investigado por supostamente liderar um esquema de fraudes envolvendo créditos de ICMS que teria movimentado mais de R\$ 1 bilhão. O Ministério Público de São Paulo informou que pretende recorrer da decisão.



Dirigir usando celular representou 750 autuações em abril

Detran: falta de licença do veículo lidera multas

Dados abertos mostram 7.607 autuações registradas em abril

Andre Souza

Dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) mostram que 7.607 multas foram lavradas no estado em abril de 2026. As infrações mais frequentes envolvem a regularização dos veículos, o uso de telefone celular durante a condução e o descumprimento de regras previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A infração mais registrada foi conduzir veículo não devidamente licenciado, responsável por 1.292 autuações. A conduta é considerada gravíssima e prevê multa de R\$ 293,47, além de sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Na sequência aparecem os casos de motoristas flagrados dirigindo enquanto manuseavam o telefone celular. Foram 750 multas aplicadas nessa situação. A infração também é gravíssima, com penalidade de R\$ 293,47 e sete pontos na CNH. Considerando ainda os enquadramentos por utilizar-se ou segurar o aparelho durante a condução, o total de autuações relacionadas ao celular chegou a 995 registros no mês.

Outro destaque do levantamento é o descumprimento do prazo para transferência de propriedade do veículo. O Detran-SP registrou 685 autuações por falta de atualização do registro em até 30 dias após a venda. A infração é classificada como grave, com multa de R\$

195,23 e cinco pontos na carteira.

As infrações relacionadas à segurança dos ocupantes também figuram entre as mais frequentes. Deixar de usar o cinto de segurança gerou 554 multas em abril. A penalidade prevista é de R\$ 195,23 e cinco pontos na CNH. Já o avanço de sinal vermelho resultou em 321 autuações. Nesse caso, a legislação prevê multa de R\$ 293,47 e sete pontos na carteira por se tratar de infração gravíssima.

O levantamento aponta ainda 275 multas para pessoas flagradas conduzindo veículo sem possuir CNH, Permissão para Dirigir (PPD) ou Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC). A penalidade é de R\$ 880,41.

Motos

Entre os motociclistas, a condução sem os equipamentos obrigatórios de segurança motivou 257 autuações. Dependendo da irregularidade constatada, a infração pode resultar em multa de R\$ 293,47 e sete pontos na carteira.

Também foram registradas 250 multas por circulação de veículos em mau estado de conservação e 147 autuações por problemas no sistema de iluminação. As penalidades variam conforme a irregularidade identificada pela fiscalização.

Os dados integram o portal de dados abertos do Detran-SP e permitem acompanhar os principais motivos de autuação no trânsito paulista.